



Base Legal da Estrutura Curricular (DCN)

Abaixo, segue a lista dos requisitos legais que norteiam o projeto pedagógico de curso.

- a) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996)
- b) Diretrizes Curriculares para o Curso de Letras ([Parecer CNE/CES nº 492/2001, aprovado em 3 de abril de 2001](#)).
- c) Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (Resolução CNE/CEB N° 4 de 13 de julho de 2010 (Licenciaturas));
- d) Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em Nível Superior, Resolução CNE N° 2, de 1º de julho de 2015. (Licenciaturas).
- e) Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.
Lei N° 10.639, de 9 de janeiro de 2003;
Lei N° 11.645 de 10/03/2008;
Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004;
Parecer CNE/CP N° 003 de 10/3/2004.
- f) Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos.
Parecer CNE/CP N° 8 de 6/3/2012;
Resolução CNE/CP N° 1 de 30 de maio de 2012.
- g) Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012.
- h) Titulação do corpo docente
Art. 66 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- i) Núcleo Docente Estruturante – NDE.
Resolução CONAES N° 1, de 17/06/2010.

j) Carga horária mínima em horas – para Bacharelados e Licenciaturas. A Resolução CNE/CP nº 02 de 1 de julho de 2015 estabelece a carga horária mínima de 3.200 horas para os cursos de licenciatura.

k) Tempo de integralização.

Licenciaturas:

Resolução CNE/CP Nº 2/2015;

l) Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência e ou mobilidade reduzida.

Constituição da República Federativa do Brasil (1988/35 ed.);

ABNT NBR 9050:2004;

Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;

Decreto Nº 5.296/2004, de 2 de dezembro de 2004;

Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009;

Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011;

Portaria Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003.

m) Disciplina de Libras.

Decreto Nº 5.626/2005, de 22 de dezembro de 2005.

n) Políticas de educação ambiental.

Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999;

Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002;

Resolução CNE/CP Nº 2/2012.

o) Informações Acadêmicas

- Regimento Geral da UFAM
- O Projeto Pedagógico Institucional - PPI
- Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI
- Resoluções da UFAM – Podem ser acessadas através do LINK <http://proeg.ufam.edu.br/legislacao-e-normas>
- Demais normas legais aplicáveis.